



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Definição do objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia, compreendendo a elaboração de projetos, elaboração de orçamentos e cadernos técnicos, fiscalização de obras e confecção de mapas em QGIS, para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte – PA.

1.1.2. O órgão requisitante, relação escolas, quantidades dos alunos, descrição dos itens e as quantidades estão relacionadas nas tabelas abaixo:

a) Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	Cherlis Regino Neto
Secretaria Municipal de Saúde	Gelice Gonçalves Temponi
Secretaria Municipal de Educação	Augusta Elias P. S. Martins

b) Relação de quantitativo por unidade demandante:

ADMINISTRAÇÃO

Item	Descrição	Und	Quant.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS		
1.1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANÍSTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITÁRIO).	m²	2500
2	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO (ESPECIFICAÇÕES, MEMORIAIS E DOCUMENTOS PARA CONVÊNIOS)		
2.1	REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	m²	2500
3	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS		
3.1	Equipe técnica para Fiscalização de obras	hora	480
4	SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE MAPAS EM QGIS		
4.1	CONFECÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS	UND	80

EDUCAÇÃO

Item	Descrição	Und	Quant.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS		
1.1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANÍSTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITÁRIO).	m²	5000
2	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO (ESPECIFICAÇÕES, MEMORIAIS E DOCUMENTOS PARA CONVÊNIOS)		
2.1	REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	m²	5000
3	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS		
3.1	Equipe técnica para Fiscalização de obras	hora	960
4	SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE MAPAS EM QGIS		
4.1	CONFECÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS	UND	0

SAÚDE

Item	Descrição	Und	Quant.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS		





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

1.1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANÍSTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITÁRIO).	m ²	2500
2	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO (ESPECIFICAÇÕES, MEMORIAIS E DOCUMENTOS PARA CONVÊNIOS)		
2.1	REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	m ²	2500
3	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS		
3.1	Equipe técnica para Fiscalização de obras	hora	480
4	SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE MAPAS EM QGIS		
4.1	CONFEÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS	UND	0

c) Descrição dos itens, quantitativo, valor médio e valor total:

	LOTE 01				
Item	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANÍSTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITÁRIO).	M2	10.000,	44,17	441.700,00
REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANÍSTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITÁRIO)					
2	REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS.	M2	10.000,	14,38	143.800,00
REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS.					
3	EQUIPE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	H	1.920,	72,00	138.240,00
EQUIPE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS					
4	CONFEÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS	UND	80,	2.521,37	201.709,60
CONFEÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS					

1.1.3. O Estudo técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na divergência entre ambos, prevalecerá o disposto nesse Termo de referência.

1.2 Da classificação do objeto

1.2.1. Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como técnicos especializado em engenharia civil, destinados para suprir as necessidades da Prefeitura e secretarias do município, deverão ser de qualidade, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo de acordo com artigo 20 da lei 14.133.

1.2.2. O objeto dessa contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme decreto 10.808 de 27 de setembro de 2021.

1.3. Da vigência da Contratação

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de dois (2) anos, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

1.3.2. Os Serviços não se enquadram como continuado, por se tratar de uma contratação sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato.

2. FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia justifica-se pela necessidade da Administração Pública Municipal em planejar, projetar, acompanhar, fiscalizar e executar obras e serviços técnicos indispensáveis ao desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural do Município.

2.1.2. O Município encontra-se em processo de expansão e reestruturação de sua infraestrutura básica, demandando intervenções técnicas em áreas como pavimentação, drenagem, edificações públicas, manutenção predial, obras de saneamento, recuperação de estradas vicinais, construção de equipamentos públicos, dentre outras ações estruturantes. Tais atividades exigem conhecimento técnico específico, responsabilidade técnica formalmente registrada junto ao conselho profissional competente e observância às normas técnicas vigentes.

2.1.3. A estrutura administrativa municipal, embora conte com equipe técnica, não dispõe de corpo técnico suficiente para atender, de forma simultânea e tempestiva, todas as demandas existentes, especialmente considerando a extensão territorial do Município e a complexidade crescente dos projetos necessários. A insuficiência de recursos humanos especializados pode comprometer o planejamento adequado das intervenções, a qualidade das obras, o cumprimento de prazos e a correta aplicação dos recursos públicos.

2.1.4. Além disso, a execução de serviços de engenharia exige a elaboração de estudos preliminares, levantamentos topográficos, projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas, bem como acompanhamento e fiscalização técnica das obras, atividades que demandam qualificação técnica especializada e responsabilidade legal.

2.1.5. A contratação pretendida visa assegurar:

- a) Maior eficiência na execução das políticas públicas de infraestrutura;
- b) Redução de riscos técnicos e financeiros;
- c) Observância às normas técnicas regulamentadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a legislação ambiental, urbanística e sanitária vigentes, as normas e regulamentos específicos dos órgãos estaduais e federais (como DNIT, SUDEPE, TCM-PA, etc.) quando aplicável ao tipo de projeto ou obra.
- d) Adequada fiscalização e controle da execução contratual;
- e) Planejamento técnico consistente para captação de recursos estaduais e federais.

2.1.6. Importante destacar que a contratação encontra respaldo no princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos da Lei nº 14.133, que impõem à Administração o dever de planejar adequadamente suas contratações, garantindo que sejam realizadas com base em estudos técnicos que demonstrem sua necessidade e viabilidade.

2.1.7. Dessa forma, resta evidenciada a imprescindibilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, como medida necessária para garantir a adequada execução das obras públicas, a segurança das edificações e a correta aplicação dos recursos públicos, atendendo ao interesse coletivo e promovendo o desenvolvimento sustentável do Município

2.1.8. A Contratação, objeto desse estudo, tem amparo legal, integralmente, nas Leis Federais e nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

e na Instrução Normativa SEGES/ME 73 de 30 de setembro de 2022 e pela Lei Complementar nº 123/2006, fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2.1.9. A adoção do critério de menor preço permite à Administração contratar os serviços necessários a preços mais vantajosos, sem comprometer a qualidade e eficiência dos mesmos. Dessa forma, é possível otimizar a utilização dos recursos públicos, obtendo economias significativas para o erário.

2.1.10. Além disso, a realização de um processo licitatório promove a competitividade entre os fornecedores, incentivando a oferta de propostas mais atrativas e condizentes com as necessidades da Administração. Isso pode resultar em uma ampla gama de opções para escolha, garantindo a seleção da melhor relação custo-benefício para esta contratação.

2.1.11. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminares.

2.2. Previsão da contratação

2.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança é elaborado pela Municipalidade, sendo o documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO.

3.1. A Descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

Os serviços objeto da futura contratação deverá ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas vigentes, com as condições contratuais estabelecidas e com as diretrizes definidas pela Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, considerando as especificidades territoriais, urbanísticas, logísticas e operacionais do Município de Cumaru do Norte. A execução deverá observar padrão técnico, continuidade operacional e compatibilidade com as necessidades da Administração Pública, estando todos os estudos, análises, projetos e demais serviços técnicos sujeitos à aprovação prévia do setor competente e da fiscalização do contrato.

Todos os custos necessários à plena execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, viagens, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e quaisquer outros custos indiretos, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo admitida a transferência de ônus financeiro à CONTRATANTE.

A elaboração dos projetos técnicos de engenharia deverá atender rigorosamente às normas aplicáveis e às solicitações formalizadas por meio de Ordem de Serviço. Os projetos deverão refletir as condições reais do Município, observando aspectos técnicos, funcionais, ambientais e legais, de modo a garantir a viabilidade técnica e executiva das soluções propostas. Engenheiro devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura)

O prazo máximo para apresentação dos projetos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo prorrogação devidamente justificada e autorizada pela fiscalização. As entregas deverão ser realizadas em pranchas físicas no formato A1 e em meio digital, contendo arquivos editáveis e em formato PDF,





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

devidamente assinados pelos responsáveis técnicos, acompanhados das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica, quando exigidos.

Quando aplicável, caberá à CONTRATADA promover a aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos de controle urbano, ambiental e concessionárias, observando a legislação e os regulamentos vigentes no âmbito municipal, estadual e federal.

Os orçamentos deverão ser elaborados com base nos projetos previamente aprovados, observando rigor técnico, coerência com os quantitativos e conformidade com as normas legais e técnicas vigentes. Os documentos orçamentários deverão ser apresentados de forma prévia à equipe de engenharia da CONTRATANTE, para análise, validação e eventual ajuste.

A composição dos orçamentos deverá contemplar, de forma detalhada e transparente, orçamento resumido, orçamento sintético, orçamento analítico com segregação de materiais, mão de obra e equipamentos, cronograma físico-financeiro, composições de custos unitários, composição de encargos sociais e memória de cálculo detalhada, vinculada diretamente aos elementos do projeto. Todos os orçamentos deverão atender às exigências dos órgãos de controle e demais instâncias responsáveis pela aprovação.

A fiscalização dos serviços será exercida por Engenheiro Civil formalmente designado pela CONTRATANTE, a quem competirá acompanhar, orientar, dirimir dúvidas técnicas e administrativas, bem como aprovar ou rejeitar os serviços apresentados. Em caso de dúvidas, inconsistências ou necessidade de esclarecimentos, a CONTRATADA deverá consultar formalmente a fiscalização antes de dar continuidade à execução dos serviços, não sendo admitidas decisões técnicas unilaterais.

Serão rejeitados todos os estudos, projetos, orçamentos ou demais serviços técnicos que não atendam às especificações contratuais, às normas técnicas aplicáveis ou às orientações da Administração. Nessas situações, a CONTRATADA ficará obrigada a proceder às correções, ajustes ou reexecuções necessárias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo dos prazos previamente estabelecidos.

Qualquer alteração nos projetos, especificações técnicas ou serviços já aprovados somente poderá ocorrer mediante autorização formal da fiscalização, devidamente justificada e registrada no processo administrativo.

A eventual subcontratação de serviços técnicos, quando admitida contratualmente, não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral quanto à qualidade, prazos, conformidade técnica, legalidade e regularidade dos serviços executados, permanecendo responsável por todos os atos praticados por terceiros.

A CONTRATADA deverá manter conduta ética, disciplina profissional e padrão técnico compatível com a natureza dos serviços, cabendo à Administração Municipal solicitar o afastamento de profissionais que apresentem conduta incompatível com as exigências técnicas, administrativas ou éticas necessárias à execução contratual.

Compete à CONTRATADA cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e securitárias, inclusive aquelas relativas à contratação de seguros obrigatórios, não recaindo sobre o Município qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

A execução dos serviços deverá observar, no que couber, as Normas Brasileiras (NBR) editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como demais normas técnicas, legislações e diretrizes aplicáveis aos serviços de engenharia, ainda que não expressamente mencionadas neste instrumento.

As normas Brasileiras, regulamentadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a legislação ambiental, urbanística e sanitária vigente, as normas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

regulamentos específicos dos órgãos estaduais e federais (como DNIT, SUDEPE, TCM-PA, etc.) quando aplicável ao tipo de projeto ou obra.

Será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados durante a realização de visitas técnicas, levantamentos de campo, inspeções, vistorias ou quaisquer atividades relacionadas à execução ou fiscalização dos serviços, em conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho.

Quaisquer itens omissos, não especificados ou de interpretação duvidosa deverão ser previamente esclarecidos junto à fiscalização do contrato antes de sua execução. A fiscalização poderá, a qualquer tempo e independentemente da fase dos serviços, solicitar ajustes, correções ou adequações técnicas, desde que tais determinações não impliquem custos adicionais ou prejuízos diretos à CONTRATANTE

4.2. SERVIÇOS:

ELABORAÇÃO DE PROJETOS:

A contratada deverá disponibilizar os profissionais competentes para a realização dos projetos urbanísticos e complementares quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte-PA.

Todos os custos de locomoção, despesas de viagens, encargos e quaisquer outra despesa ficará sobre responsabilidade da empresa CONTRATADA.

A empresa deverá entregar os projetos em até 30 dias após a solicitação por ordem de serviço, e apresentar os projetos pranchados em papel A1 e em mídia digital. (Arquivos DWG, PDF) e outros formatos editáveis e visualizáveis, conforme demanda da CONTRATANTE.

Todos os projetos devem seguir as normas da ABNT e devem seguir as orientações para se necessário serem aprovados nos órgãos do estado do Pará quando forem para captação de recursos.

Todas as despesas provenientes da realização dos projetos até sua aprovação nas esferas estaduais e federais serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

4.3. ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS

4.3.1 Realização dos orçamentos dos projetos realizados e destacados no item 3.1 deste memorial.

4.3.1.1. Os orçamentos devem ser apresentados com:

- a) Orçamento resumido;
- b) Orçamento sintético;
- c) Orçamento de material, mão de obra e equipamentos separados;
- d) Cronograma físico financeiro;
- e) Composição de custos unitários;
- f) Composição de encargos sociais;
- g) Memoria de cálculo proveniente do projeto.

Os orçamentos devem seguir as legislações para aprovação nos órgãos competentes e devem ser apresentados de forma prévia para aprovação da administração de Cumaru do Norte-PA. Todas as despesas provenientes da realização dos orçamentos até sua aprovação nas esferas estaduais e federais serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

4.4. FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

4.4.1. No início dos serviços de execução que serão conforme os projetos e orçamentos realizados, a empresa CONTRATADA deverá realizar a fiscalização dos serviços, realizando os procedimentos técnicos e relatórios referentes a execução. Todas as informações serão repassadas e acompanhadas pela FISCALIZAÇÃO de Cumaru do Norte-PA para serem aprovadas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

4.4.2. A empresa ficará responsável pela FISCALIZAÇÃO e deverá fornecer os boletins de medições de acordo com a execução, memórias de cálculos, relatórios fotográficos e croquis do local executado, até que sejam aprovados pela equipe técnica de FISCALIZAÇÃO de Cumaru do Norte-PA.

4.4.3. Toda a responsabilidade das medições relacionadas a fiscalização será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

4.4.4. Todas as despesas de locomoção, ferramentas de trabalho, encargos, acessórios, e insumos ficarão por conta da CONTRATADA.

4.3. Requisitos de Sustentabilidade

4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.2. Assegurar que a empresa possua padrões ambientais reconhecidos e possuam certificações que comprovem sua conformidade com normas ambientais específicas.

4.3.4. Incorporação de critérios de eficiência energética, redução de emissões de gases poluentes e conservação de recursos naturais.

4.3.5. Ao seguir esses requisitos de sustentabilidade, você contribuirá para a implementação de práticas mais responsáveis nas obras públicas, promovendo o uso de materiais que respeitam o meio ambiente e estão alinhados com as exigências legais em vigor, com a lei 14.133 de 2021.

4.3. Da subcontratação

4.3.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Do prazo de entrega

5.1.1. A entrega do objeto deverá ocorrer conforme as necessidades da Contratante seguidas de requisição formal para cada demanda, os projetos deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, com cronograma estabelecido para acompanhamento das respectivas obras. Os prazos contarão a partir do recebimento, pela empresa, da nota de empenho enviada por e-mail ou da assinatura do instrumento contratual, quando aplicável.

5.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência e na proposta, devendo ser substituído imediatamente considerando tratar-se de um objeto com prazos de execução.

5.1.3. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções.

5.1.4. Caso não seja possível fornecer o objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 2 (dois) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.5. A contratada será responsável por todo e qualquer risco durante a execução dos serviços.

5.1.6. A Contratada deverá atender aos chamados das Secretarias Municipais, para assistência técnica no prazo máximo de 06 (seis) horas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

5.1.7. A contratada vencedora é obrigada a corrigir, de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem irregularidades, assim como os serviços não aprovados pela fiscalização da Secretarias Municipais de Cumaru do Norte – PA.

5.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto licitado, sem prévia anuência do município.

5.1.9. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, anexos e proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto e, ainda:

a) Deverá executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os veículos necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

5.1.10. A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.11. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

5.1.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

5.1.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;

5.1.15. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que direta ou indiretamente sejam pertinentes à realização do serviço;

5.1.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

5.1.17. Acatar os pedidos de prestação dos serviços apenas e exclusivamente efetuados pelo servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, ficando o Contratante eximido de qualquer obrigação com a Contratada, caso a mesma não observe o disposto neste subitem;

5.1.18. Atender as convocações extraordinárias, desde que solicitadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis. No caso de a Contratada não atender a Administração, poderá ser aplicada advertência e/ou multa de valor equivalente ao custo que seria a viagem; observar o perfeito cumprimento dos serviços contratados, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela Contratante;

5.1.19. Reparar ou corrigir, às expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2. Do local de entrega do objeto

5.2.1. A entrega dos serviços, será determinada na ordem de compra, de segunda a sexta em dias úteis, no horário das 08h00min até as 18h00min.

5.2.2. As entregas em geral serão realizadas na sede do Município.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

5.2.3. Além das entregas no(s) local(is) designado(s) pelo CONTRATANTE deverá a CONTRATADA, atender as solicitações da administração (caso esteja previsto no objeto), no(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas ajustadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11 Gestor do Contrato

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá nos substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 na lei nº 14.133 de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133 de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurando ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.1.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ ME nº77 de 2022.

7.1.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.6. Ao licitante contratado será aplicada, no que couber, a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 da Receita Federal do Brasil.

8. DOS CRITÉRIOS PARA O JULGAMENTO DA PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame previstas no item 4, do edital, bem como as demais condições previstas na Lei nº 14.133/21.

8.2 Constatada a existência de algum dos impedimentos de participação previstos no item 4. do Edital, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condições de participação.

8.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o(a) Agente de Contratação(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4. deste edital.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Agente de Contratação(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade da proposta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Agente de Contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.10 Caso a proposta atenda às condições do edital e seus anexos, o Agente de Contratação passará ao exame dos documentos de habilitação do licitante.

8.11 Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

8.12 As propostas serão classificadas de acordo com a pontuação adquirida pela licitante nos índices técnicos consideradas classificadas e a nota atribuída às propostas de preços.

8.13 Serão desclassificadas propostas que apresentem preços acima do estipulado pela administração pública, ou manifestamente inexequíveis, sendo considerado ainda inexequíveis valores que não estejam de acordo com o limite estabelecido pelo Artigo 59 da Lei 14.133

8.14 As Propostas Técnicas devem constituir condições de participação conforme critérios apresentados a seguir, que designam as Etapas de Proposta Técnica:

- a) **EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE**, pontuada com apresentação de atestados e/ou certidões de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a elaboração de projetos com utilização de serviços especificados, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, da licitante e do responsável técnico vinculado na ocasião

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

da proposta que comprovem a elaboração de projetos.

- A experiência da licitante receberá notas variando de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, somados conforme discriminação na ETAPA A.
- A licitante deverá apresentar profissionais com experiência em coordenação de projetos, comprovados com apresentação de atestados e/ou certidões de capacidade técnica – CAT, ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo:

PROFISSIONAL COORDENADOR	QUANTIDADE E TEMPO FORMAÇÃO MÍNIMA
ARQUITETO E URBANISTA	01 - 10 ANOS
ENGENHEIRO CIVIL	01 - 10 ANOS

- b) EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE, pontuada com apresentação de atestados e/ou certidões de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a elaboração de projetos com utilização de serviços especificados, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, da equipe técnica que fará parte do quadro de profissionais da licitante, que comprovem a elaboração de projetos.
- A experiência da equipe técnica da licitante receberá notas variando de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, somados conforme discriminação na ETAPA B.
 - A equipe técnica da licitante deverá ser composta por no mínimo:

PROFISSIONAL	QUANTIDADE E TEMPO FORMAÇÃO MÍNIMA
ARQUITETO E URBANISTA	01 - 05 ANOS
ENGENHEIRO CIVIL	01 - 05 ANOS

8.15 CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO:

- a) As Propostas Técnicas das empresas habilitadas serão devidamente avaliadas e comparadas entre si, atribuindo-se, a cada uma delas, Nota Técnica (NT) de, no máximo, 100 (cem) pontos.
- b) As pontuações máximas na Etapa de Proposta Técnica são:

ETAPAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
ETAPA “A”	50
ETAPA “B”	50
TOTAL (NOTA TÉCNICA MÁXIMA)	100

- c) As etapas têm fins de classificação por pontos. Após a análise das documentações referentes às Etapas de Proposta Técnica, as licitantes serão classificadas por pontuação, da seguinte maneira:

NOTA DE ETAPA DE PROPOSTA TÉCNICA (NT) = (ETAPA ‘A’ + ETAPA ‘B’)

- d) O Resultado Final da Avaliação Técnica: A Nota Técnica Final – NTF será a soma dos pontos atribuídos nas Planilhas de Experiência e Qualificação Técnica (ETAPA A + ETAPA B)
- e) Serão desclassificadas as propostas técnicas que obtiverem Nota Técnica Final – NTF inferior a 60 (sessenta) pontos.
- f) Será considerada a melhor Proposta Técnica aquela que obtiver a maior Nota Técnica Final nas Planilhas de Avaliação.

8.16 ETAPAS DE PROPOSTA TÉCNICA – NT:

8.16.1 ETAPA DE PROPOSTA TÉCNICA ‘A’ – EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE:

- a) A pontuação para capacidade técnico-operacional da licitante será através de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

documentação comprobatória de execução dos serviços relacionados na Tabela de Pontuação da Etapa "A".

- b) A comprovação deve ser através de atestados e/ou certidões de capacidade técnica.
- c) Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica devem ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução dos serviços determinados.
- d) Deve-se apresentar a Certidão de Acervo Técnico – CAT, da licitante e do responsável técnico vinculado na ocasião da proposta, que comprovem os serviços especificados.
- e) Não será permitida a somatória de áreas dos atestados apresentados.

ETAPA A				
EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE				
ITEM	ATESTADOS	Nº DE ATESTADOS	PONTOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	TER ELABORADO PROJETOS DE ARQUITETURA (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
B	TER ELABORADO PROJETOS DE REFORMA (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
C	TER ELABORADO PROJETOS DE CONCRETO ARMADO (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
D	TER ELABORADO PROJETOS DE ESTRUTURAS METÁLICAS DE (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
E	TER ELABORADO PROJETOS DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DE (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
F	TER ELABORADO PROJETOS DE HIDROSANITÁRIAS (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
G	TER ELABORADO PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO E OU ALTA TENSÃO E SPDA DE (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
H	TER ELABORADO PROJETOS DE INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS E REDE ESTRUTURADA (TELEFONIA LÓGICA) (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
I	TER ELABORADO PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMAS FÍSICOFINANCEIROS DE (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
J	TER ELABORADO PROJETOS DE	03 ou mais	5	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

	PAISAGISMO DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	2	3	5
		1	1	
PONTUAÇÃO MÁXIMA – ETAPA A				50

8.16.2 ETAPA DE PROPOSTA TÉCNICA 'B' – EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE:

- a) A pontuação para capacidade da equipe técnica será através de documentação comprobatória de execução dos serviços relacionados na Tabela de Pontuação da Etapa "B".
- b) A comprovação deve ser através de atestados e/ou certidões de capacidade técnica.
- c) Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica devem ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução dos serviços determinados.
- d) Deve-se apresentar a Certidão de Acervo Técnico – CAT, do técnico membro da equipe técnica da licitante, que comprovem os serviços especificados.
- e) Não será permitida a somatória de áreas dos atestados apresentados.

ETAPA B				
EXPERIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE				
ITEM	ATESTADOS	Nº DE ATESTADOS	PONTOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE ARQUITETURA (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
B	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE REFORMA (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	02 ou mais	3	3
		1	1	
C	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE CONCRETO ARMADO (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	4	4
		2	2	
		1	1	
D	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE ESTRUTURAS METÁLICAS DE (PELO MENOS 1.000,00m ²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
E	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE	03 ou mais	4	4
		2	4	
		1	1	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

	HIDROSANITÁRIAS (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.			
F	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO E OU ALTA TENSÃO E SPDA DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
G	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE SPDA DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
H	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS E REDE ESTRUTURADA (TELEFONIA LÓGICA) (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	4	4
		2	2	
		1	1	
I	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
J	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
K	EQUIPE TÉCNICA QUE APRESENTE PELO MENOS UM TÉCNICO, ALÉM DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE, TER ELABORADO PROJETOS DE PAISAGISMO DE (PELO MENOS 1.000,00m²) EM UMA MESMA OBRA.	03 ou mais	5	5
		2	3	
		1	1	
PONTUAÇÃO MÁXIMA – ETAPA B				50

8.17 ETAPA DE PROPOSTA DE PREÇO – NP:

a) As quantidades estimadas do objeto licitado estão elencadas a seguir:

Item	Descrição	Und	Quant.
------	-----------	-----	--------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

1.1	REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS URBANISTICOS CONTEMPLANDO (PROJETO ARQUITETONICO, ELETRICO, ESTRUTURAL E HIDRO SANITARIO).	m ²	2500
2.1	REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS E CADERNO TÉCNICO DE PROJETOS ARQUITETONICO E COMPLEMENTARES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	m ²	2500
3.1	Equipe técnica para Fiscalização de obras	hora	480
4.1	ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMATICOS EM QGIS PARA UTILIZAÇÃO EM PLANOS MUNICIPAIS	UND	80

- b) O preço apresentado por cada PROPONENTE receberá nota variando de 40 (quarenta) a 100 (cem) pontos, exceto o que apresentar percentual menor que 70% do Valor Estimado de Referência ou acima do Valor Estimado de Referência da Planilha, fato que, automaticamente, desclassificará a LICITANTE. A pontuação será atribuída conforme discriminado na TABELA NP (Nota de Preço).
- c) As Propostas de Preço das LICITANTES habilitadas serão devidamente avaliadas e comparadas entre si, atribuindo-se, a cada uma delas, Nota de Preço (NP) de, no máximo, 100 (cem) pontos.
- d) Esse julgamento levará em conta os percentuais dos Valores de Referência (VR), itens e graus de avaliação conforme apresentados na TABELA NP (Nota de Preço). Receberão pontuação maior, aquelas LICITANTES que apresentarem preços menores, e pontuação menor, aquelas que apresentarem preços maiores em relação ao Valor de Referência (VR).
- e) Neste julgamento, cada parâmetro será avaliado conforme critérios apresentados a seguir:

TABELA NP (NOTA DE PREÇO)						
70% VR ≤ P ≤ 75% VR	75% VR < P ≤ 80% VR	80% VR < P ≤ 85% VR	85% VR < P ≤ 90% VR	80% VR < P ≤ 95% VR	95% VR < P ≤ 97% VR	97% VR < P ≤ 100% VR
100 Pontos	90 Pontos	80 Pontos	70 Pontos	60 Pontos	50 Pontos	40 Pontos

8.18 CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO:

- a) O julgamento das Propostas desta licitação obedecerá aos critérios de avaliação da Técnica e de Preço (por Lote).
- b) A Proposta Técnica terá peso 7 (sete) e a Proposta de Preço terá peso 3 (três), dentro de diretrizes e ponderações estabelecidas a seguir:
- c) No que tange à equação ponderada para o cálculo da nota final, privilegiar-se-á a técnica em percentual de 70%, e preço em percentual de 30%, justificando-se por “as demandas apresentadas distinguem-se por conter elevada complexidade e especificidade técnica, requerendo conhecimento técnico especializado de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

profissionais da área de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a consecução dos trabalhos, a fim de atender às peculiaridades de cada projeto a ser elaborado”.

8.19 DOS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA NOTA FINAL:

- a) A Nota Final – NF será determinada através da Nota Técnica (NT) multiplicada pelo peso 7 (sete), somada a Nota de Preço (NP) multiplicada pelo peso 3 (três) e este resultado dividido por 10 (dez), conforme fórmula a seguir:

$$NOTA FINAL (NF) = \frac{(NT \times 7) + (NP \times 3)}{10}$$

Legenda:

NT – Nota Técnica (peso 7)

NP – Nota de Preço (peso 3)

NF – Nota Final

- b) Será declarada a Proponente Vencedora aquela que obtiver maior NF – Nota Final.
- c) A classificação será por ordem decrescente do maior número de pontos apurados na NOTA FINAL, de acordo com os critérios previstos neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.
- d) Havendo empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 O licitante deverá enviar, por meio de campo próprio do Portal de Compras Públicas, em formato PDF, perfeitamente legíveis, os documentos para fins de habilitação.

9.2 Documentos relativos à habilitação jurídica:

Registro comercial, no caso de empresa individual;

Em se tratando de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua consolidação ou posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial; no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; no caso de sociedades civis, inscrição no ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Em se tratando de licitante que durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP):

Declaração assinada pelo responsável legal, de que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, bem como que se sagrando vencedora da licitação não extrapolará os limites de enquadramento, considerando no cálculo os demais contratos firmados, seja com a Administração Pública, seja com particulares, de acordo com a legislação vigente.

9.3 Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal quanto aos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União, inclusive em relação às contribuições previdenciárias, apresentando a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

estabelecimento licitante;

- d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor (Lei Federal 12.440/2011);
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, ou Alvará de Funcionamento, da empresa participante do certame.

9.3.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.2 Será concedido prazo para regularização fiscal e trabalhista às ME/EPPs declaradas vencedoras, conforme previsto.

9.3.3 A não regularização implicará na decadência do direito à contratação.

9.4 Documentos relativos à habilitação econômico-financeira:

9.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da SEDE da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor;

9.4.1.1 Caso haja no município sede da licitante mais de um distribuidor, a licitante deverá apresentar as certidões de cada um deles.

9.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; conforme artigo 69 da lei 14.1333 de 2021, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.4.2.1. De acordo com artigo 69 § 6º da lei 14.133 de 2021 os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, as condições de habilitação serão definidas no edital de acordo com o artigo 65 da lei 14.1333 de 2021 § 1º. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial;

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG= Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC= Ativo Circulante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Passivo Circulante

- 9.4.3.1. Licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 9.4.3.2. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
- 9.4.3.3. Comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação.
- 9.4.4. Apresentar certidão específica da junta comercial da sede do licitante atualizada com todas as informações contratuais.
- 9.4.5. Qualquer informação inverídica implicará na inabilitação.
- 9.4.6. Não serão aceitos protocolos de solicitação em substituição aos documentos exigidos.
- 9.4.7. A restrição de regularidade fiscal e trabalhista não impede que a ME/EPP seja declarada vencedora.
- 9.4.8. Será concedido prazo para regularização fiscal e trabalhista, prorrogável a critério da Administração.
- 9.4.9. A não-regularização implicará na inabilitação e na convocação das licitantes remanescentes.
- 9.4.10. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em diligência. Caso o licitante não atenda às exigências, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente.
- 9.4.11. Constatado o atendimento das exigências, o licitante será declarado vencedor.
- 9.4.12. Certidões sem prazo de validade terão validade de até 90 dias contados da data de sua emissão.
- 9.4.13. O licitante deverá declarar que sua proposta inclui todos os custos trabalhistas previstos na legislação.

9.5 Documentos relativos à qualificação técnica:

- a) Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional Competente (CREA), em vigor;

Obs.: Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e não possuir visto no Conselho Competente do PA, a mesma deverá providenciá-lo no prazo de 15 (quinze) dias, antes do início da execução do contrato.

- b) Comprovação de que a licitante possui vínculo com profissional de nível superior com habilitação específica para os serviços ora licitados que será responsável pelos serviços durante a execução do contrato;
- c) Certidão de inscrição do Responsável Técnico (profissional indicado na alínea anterior) no Conselho Regional Competente, em vigor.

Obs.: Na hipótese da licitante ser declarada vencedora e o responsável técnico não possuir visto no Conselho Competente do PA, a mesma deverá providenciá-lo no prazo de 15 (quinze) dias, antes do início da execução do contrato.

- d) Atestado de “Capacitação Técnica” registrado na entidade competente, EM NOME





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DO RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa (indicado na alínea “b”, do item 9.5), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos.

Obs.: No que tange aos atestados, as parcelas de maior relevância que serão analisadas no momento da verificação dos atestados de capacitação técnica serão as seguintes:
– Execução de piso histórico ou restauro de piso histórico em pedra portuguesa;

9.6 Outros documentos de habilitação (Declarações):

- a) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e no inciso VI art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezasseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.6.1 As declarações solicitadas no item 12.6. deverão ser emitidas pelo licitante e assinadas pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição).

9.7 Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção, mediante consulta no Portal de Compras Públicas e nos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

9.7.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.7.2 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.9 No caso de certidões sem data de validade expressa, será considerado o prazo de 03 (três) meses a contar da data e emissão.

9.10 Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11 Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Agente de Contratação, caso necessário.

9.12 Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos da legislação.

9.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.14 A verificação pelo(a) Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.15.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16 Em qualquer fase da licitação o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16.1 Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante será convocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

9.17 O Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

9.17.1 Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

9.1. O custo total da contratação é de **R\$ 925.449,60 (novecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).**





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

9.2. Em caso de registro de Preço, os preços poderão sofrer alterações, ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada nos termos dispostos na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da lei 14.133 de 2021.

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitados a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação;

9.2.4. Poderão ser repactuados a pedido do interessado, conforme critérios definidos para contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da municipalidade.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

RECURSOS FINANCEIROS

Órgão: 10 - PREFEITURA DE CUMARÚ DO NORTE

Unidade: 03 - Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

04.122.0002.2-008 - Manutenção da Secretaria de Adm e Recursos Humanos.

Unidade: 08 - Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura.

04.122.0002.1-017 - Construção de Pontes

04.122.0090.1-018 - Pavimentação de Ruas e Avenidas

15.451.0090.1-019 - Construção da praça, Parques e Jardins na zona urbana e zona rural.

15.451.0090.1-037 - Construção de Infraestrutura e orla ao entorno do Lago na zona urbana

15.452.0090.2-038 - Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura

17.511.0110.1-020 - Construção de Sistema de Abastecimento de Água

17.512.0110.1-021 - Implantação de Projeto de Saneamento Básico

20.608.0130.2-133 Construção e Manutenção de Parque de Exposições

26.781.0170.1-022 - Construção do Aeroporto Municipal

26.782.0170.1-023 Abertura e Manutenção de Estradas

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUMARU DO NORTE

Unidade: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.361.0060.2-023 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação - Meta 07 do PME

12.361.0069.1-010 - Construção de Quadra de Esportes Coberta nas Escolas Meta 14 PME

12.361.0069.1-011 - Construção de Escolas Municipais na a urbana e rural metas 14 e 17 do PME

Unidade: 15 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO

12.361.0069.1-033 - Reforma e Ampliação de Unidades Escolares Meta 02-04-07 PME

12.365.0065.2-092 - Construção de Creches Municipais Meta 01 PME

Órgão: 12 - CUMARÚ DO NORTE - FUNDEB

Unidade: 07 - FUNDEB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

12.361.0061.1-012 Construção e reformas Ampliação de Escolas do EMF Meta 01-02 PME.

12.365.0065.1-014 Constr , Ref, Ampl e Aparelhamento de Esc do Ensino Infantil VAAT 01-02 PME.

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUMARU DO NORTE

Unidade: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0041.2-044 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde

Natureza das Despesas:

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Pessoas Jurídica.

11 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob perspectiva do interesse público (inciso I, do § 1º do artigo 18 da Lei 14.133 de 2021 e art. 7, inciso I da IN 40/2020).

O Município de Cumaru do Norte, situado na região sul do Estado do Pará, tem vivenciado nos últimos anos importantes transformações estruturais, decorrentes da ampliação de investimentos públicos voltados à melhoria da infraestrutura urbana e rural. Apesar dos avanços alcançados, o Município ainda enfrenta desafios significativos relacionados à consolidação de sua estrutura básica, especialmente no que se refere à organização do espaço urbano, infraestrutura viária, drenagem, acessibilidade, expansão ordenada das áreas urbanizadas, ampliação e reformas de prédios públicos e espaços educacionais como salas de aulas, refeitórios e quadras poliesportivas.

Considerando a extensa área territorial do Município, suas características predominantemente rurais e as particularidades climáticas da região amazônica, a Administração Municipal demanda ações contínuas e planejadas para promover o desenvolvimento urbano de forma segura, eficiente e sustentável. Nesse contexto, torna-se indispensável o fortalecimento dos instrumentos técnicos de planejamento, de modo a assegurar que as intervenções públicas estruturais atendam às reais necessidades da população e estejam em conformidade com a legislação urbanística, ambiental e de acessibilidade vigente.

A crescente demanda por elaboração de projetos de engenharia e urbanismo, voltados à implantação e melhoria de vias públicas, sistemas de drenagem, regularização de áreas urbanas, adequação de espaços públicos e implantação de equipamentos comunitários, exige especialização técnica, bem como a adequada compatibilização entre projetos, normas técnicas e exigências legais. Contudo, o Município de Cumaru do Norte enfrenta limitações quanto à disponibilidade de equipe técnica própria em número e especialização suficientes para atender, de forma simultânea e tempestiva, todas essas demandas.

Além disso, a correta elaboração de orçamentos, planilhas quantitativas e cadernos técnicos constitui etapa essencial para o adequado planejamento das contratações públicas, subsidiando os processos licitatórios e contribuindo para o controle dos custos das obras e serviços de engenharia. A inexistência ou fragilidade desses instrumentos pode resultar em estimativas inadequadas, dificuldades na execução contratual e aumento do risco de aditivos de valor e de prazo, comprometendo a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

No que se refere à execução e acompanhamento das obras, especialmente em razão das condições climáticas adversas e da predominância de vias não pavimentadas, torna-se imprescindível a realização de análises técnicas criteriosas das medições, assegurando que os serviços pagos correspondam fielmente aos serviços efetivamente executados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Tal acompanhamento técnico fortalece a transparência, o controle financeiro e a segurança jurídica da Administração Pública Municipal.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de organização, atualização e gerenciamento de informações geoespaciais, considerando a vasta extensão territorial do Município e a importância do planejamento integrado das ações urbanas e rurais. A utilização de ferramentas como o software QGIS possibilita a elaboração e atualização de bases cartográficas, o georreferenciamento de áreas, vias e equipamentos públicos, bem como a integração de dados técnicos que subsidiam o planejamento urbano, a fiscalização de obras e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, apta a prestar apoio técnico integrado à Administração Municipal, abrangendo a elaboração de projetos urbanísticos e de engenharia, a confecção de orçamentos e cadernos técnicos, a análise de medições e o gerenciamento de dados geoespaciais. Tal contratação se mostra fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento do Município de Cumaru do Norte, aprimorar a gestão das obras públicas e promover um crescimento urbano mais ordenado, eficiente e sustentável.

12 JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

Motivação e Interesse Público A contratação fundamenta-se na necessidade premente da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte em obter suporte técnico qualificado para a gestão de sua infraestrutura física e territorial. A motivação central baseia-se nos seguintes pontos:

- **Complexidade Técnica e Especialização:** As demandas do município distinguem-se por sua elevada complexidade e especificidade técnica, exigindo conhecimento especializado em engenharia e arquitetura que vai além das atividades rotineiras, visando atender às peculiaridades de cada projeto a ser elaborado.
- **Vastidão Territorial e Logística:** O município possui uma estrutura administrativa e de serviços distribuída em uma área geográfica extensa, com vilas e aldeias situadas a grandes distâncias da sede, como a Vila Estrela Maceio (400km) e a Vila Estrela do Pará (350km). A confecção de mapas em QGIS é essencial para a utilização em planos municipais e para a organização desse território.
- **Atendimento à Rede de Ensino e Saúde:** A prefeitura atende a uma comunidade escolar de cerca de 3.958 alunos distribuídos em diversas unidades. Além disso, há uma rede de saúde com diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) em áreas remotas (como Serra Azul, Brilhante e Romaria) que demandam constantes projetos de reforma, orçamentos e fiscalização técnica para garantir a segurança e a qualidade das edificações.
- **Necessidade de Fiscalização:** A fiscalização de obras por equipe técnica especializada (estimada em 480 horas) é crucial para garantir que os recursos públicos sejam aplicados corretamente e que as obras sigam rigorosamente os cadernos técnicos e orçamentos elaborados.

Fundamentação Jurídica (Lei nº 14.133/2021) A contratação encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, seguindo os ritos e princípios da Nova Lei de Licitações:

- **Modalidade e Critério de Julgamento:** O processo será realizado via Concorrência Eletrônica (nº 002/2026), adotando-se o critério de julgamento de técnica e preço. Essa escolha justifica-se pela natureza intelectual e especializada dos serviços, onde a nota técnica possui peso 7 (sete) para garantir a seleção de profissionais com experiência comprovada em projetos de arquitetura, saneamento, estruturas e combate a incêndio.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

- Sistema de Registro de Preços (SRP): Optou-se pelo Registro de Preços devido à natureza das demandas, que podem surgir de forma parcelada ao longo de 01 (um) ano, permitindo que a Administração convoque os serviços conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de contratação imediata do total estimado.
 - Qualificação Técnica: Em conformidade com a lei, o edital exige a comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, mediante apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT) que atestem a experiência da empresa e de seu quadro técnico (como Engenheiros Civis e Arquitetos com no mínimo 10 anos de formação para coordenação) na elaboração de projetos similares.
 - Orçamento e Recursos: O valor estimado da contratação é de R\$ 925.449,60, com previsão orçamentária específica para "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", assegurando o cumprimento do planejamento financeiro municipal.
- Portanto, a contratação de empresa especializada é a solução mais vantajosa para o interesse público, pois garante que o Município de Cumaru do Norte disponha de ferramentas de planejamento urbano (QGIS), projetos técnicos precisos e fiscalização rigorosa, essenciais para a manutenção e expansão de sua vasta infraestrutura de educação, saúde e administração.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento quando for:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça o parcelamento como regra quando tecnicamente viável, no presente caso opta-se pela contratação por lote em razão da comprovada interdependência técnica entre os serviços de engenharia a serem executados.

As atividades previstas possuem natureza integrada e complementar, exigindo coordenação contínua entre planejamento, mobilização de equipes, execução e fiscalização. O fracionamento do objeto poderá comprometer a unidade técnica dos serviços, gerar sobreposição de responsabilidades, dificultar a compatibilização de cronogramas e aumentar o risco de retrabalho e paralisações.

O parcelamento amplo, neste contexto, poderia elevar custos indiretos, fragmentar a fiscalização e comprometer a eficiência administrativa. Assim, a modelagem por lote demonstra-se tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa, preservando a coerência funcional dos serviços e garantindo maior segurança na execução contratual, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

15. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO FRACIONADO E IMPREVISÍVEL

Diferente de uma contratação de obra única, os serviços de elaboração de projetos, orçamentos e fiscalização ocorrem de forma fragmentada. O SRP permite que a Administração convoque a empresa para demandas específicas à medida que surgirem, sem a obrigatoriedade de contratar o total estimado de uma só vez.

- Autorização por Demanda: A execução é definida por "autorização de fornecimento" ou instrumento equivalente, emitida apenas quando houver necessidade real dentro do prazo de validade da Ata (01 ano).





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

- **Flexibilidade no Planejamento:** Os gestores podem emitir ordens de início para cada serviço solicitado, acompanhadas de cronogramas físico-financeiros e projetos específicos para cada situação.

Logística e Extensão Territorial

A justificativa para o SRP ganha força ao considerar a vasta dispersão geográfica das unidades que demandam manutenção e novos projetos em Cumaru do Norte:

- O município precisa atender locais extremamente distantes da sede, como a Vila Estrela Maceio (400km) e a Vila Estrela do Pará (300km a 350km).
- Com o SRP, a prefeitura não precisa licitar cada intervenção individual nessas vilas ou nas diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e escolas da rede. O registro de preços garante que, quando uma reforma em área remota for necessária, o preço e o fornecedor já estejam previamente selecionados e prontos para atuar.

Eficiência Administrativa e Economia de Escala

O registro de preços evita a repetição exaustiva de processos licitatórios para serviços de mesma natureza:

- **Agilidade:** Uma vez assinada a Ata de Registro de Preços, o tempo entre a identificação da necessidade (ex: um orçamento para captação de recursos) e a contratação efetiva é drasticamente reduzido.
 - **Controle de Preços:** O gerenciador da ata acompanha a evolução dos preços de mercado para garantir que os valores registrados permaneçam vantajosos ao longo de sua vigência.
 - **Foco em Resultados Técnicos:** Como a licitação adota o critério de técnica e preço, o SRP garante que a prefeitura tenha à disposição, por um período prolongado, uma equipe técnica que já comprovou alta qualificação (pontuação mínima de 60 pontos na nota técnica) para realizar projetos complexos de arquitetura, saneamento e estruturas.
- Segurança Jurídica (Lei 14.133/2021)**

A fundamentação legal no SRP sob a Nova Lei de Licitações garante:

- **Vigência Prorrogável:** A Ata tem validade de 01 ano, podendo ser prorrogada por igual período se comprovada a vantagem econômica, o que confere continuidade ao planejamento de infraestrutura do município.
- **Vedação de Adesão Externa ("Carona"):** Para garantir que a estrutura da empresa contratada foque exclusivamente nas demandas locais (dada a complexidade territorial), o edital exerce a discricionariedade de não permitir a adesão de outros órgãos à Ata de Cumaru do Norte.

Em suma, o SRP é o modelo que melhor concilia a incerteza do quantitativo exato de projetos necessários para as 15 escolas e diversas UBS com a necessidade de ter preços e técnicos qualificados prontamente disponíveis para atender a um território de dimensões continentais.

Cumaru do Norte – PA, 13 de março de 2026.

Celio Marcos Cordeiro
Prefeito

